



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA ÚNICA DA COMARCA DE SERRO

Ofício n. 1.076-2019/PJS

Serro, 4 de dezembro de 2019.

Senhor
Ronaldo Cordeiro Soares
Sócio Administrador da Tratorenzco Comércio e Serviços LTDA - EPP
Avenida Nossa Senhora de Fátima, n. 2018, bairro Carlos Prates
Belo Horizonte/MG – CEP: 30710-662

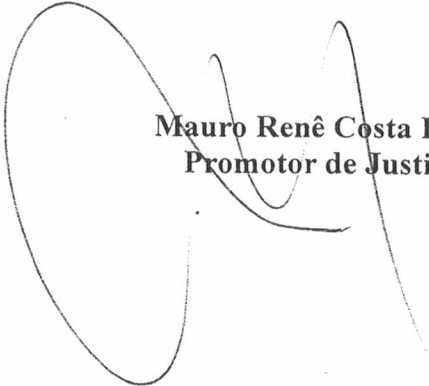
Assunto: Comunicação de arquivamento (I.C. 0671.19.000089-1)

Prezado Senhor,

Comunico-lhe que o Inquérito Civil n.º MPMG-0671.19.000089-1 foi arquivado por esta Promotoria de Justiça, conforme cópia da promoção de arquivamento anexa.

Na oportunidade, certifico-lhe que, conforme §3º do artigo 13 da Resolução PGJ CGMP N° 03/2009, Vossa Senhoria poderá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos; que serão juntados até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público (Av. Álvares Cabral, n.º 1740 - 10º andar - Santo Agostinho, CEP: 30.170-001 Belo Horizonte/MG), na qual será apreciada a promoção de arquivamento.

Atenciosamente,



Mauro Renê Costa Filho
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inquérito Civil nº MPMG-0671.19.000089-1

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

O presente Inquérito Civil foi instaurado em 10 de junho, originando-se do Ofício n. 104/2019/DCG/MPC, encaminhado pelo Ministério Público de Contas de Minas Gerais, para apurar “indícios de fraudes no Procedimento Licitatório - Pregão Presencial n. 023/2014, município de Alvorada de Minas/MG.”

Diligenciada, a atual administração do Município de Alvorada de Minas informou que as empresas citadas na denúncia encaminhada pelo MPC participaram de vários processos licitatórios naquela municipalidade, sendo vencedores de muitos deles, e prestando os serviços contratados de forma adequada. Na oportunidade, anexou cópia integral do Processo n. 54/2014 – Pregão Presencial n. 23/2014 (fls. 32 e 34/311).

Oficiado, o Ministério Público de Contas informou que a Representação encaminhada a este órgão ministerial recebeu o n. 1066769 no Tribunal de Contas de Minas Gerais, processo esse que estava em fase de elaboração de relatório técnico, por unidades responsáveis do TCEMG (fls. 318 e 320/380).

Também foram oficiadas as empresas Retengrol Comércio de Peças e Serviços EIRELI, A.R. Comércio de Peças, Produtos e Serviços LTDA e Tratorenzso Comércio e Serviços LTDA – EPP, nas pessoas de seus representantes, sendo que as duas últimas apresentaram manifestações, conforme fls. 392/400 e 403/479, porém a primeira não recebeu a correspondência, por constar como empresa falida, conforme envelope na contracapa.

O gestor municipal de Alvorada de Minas à época da realização do procedimento licitatório, Sr. Valter Antônio Costa, foi diligenciado na pessoa de seu Defensor (fl. 387), e se manifestou às fls. 390/391.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

É o relatório

Compulsando os autos, verifica-se restar prejudicada a apuração dos fatos, com a consequente tomada de providências para se buscar eventuais danos ao patrimônio público, especialmente por já existir processo de Denúncia junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, que se encontra em trâmite junto a seu órgão técnico, para exame e elaboração do respectivo relatório.

Diante disso, outra medida não resta senão o arquivamento do presente inquérito.

A respeito do Inquérito Civil Público, Rogério Pacheco Alves leciona que:

Como todo e qualquer instrumento investigatório, tem o inquérito civil por escopo a coleta de elementos demonstradores da ocorrência do ilícito e de sua autoria. Não se destina a uma exaustiva pesquisa de tais aspectos, mais adequada ao momento processual, cingindo-se, antes, à mera coleta de indícios.

[...]

Como instrumento pré-processual que se destina à formação da opinião do Ministério Público, num determinado momento as investigações levadas a cabo no inquérito civil se esgotarão, impulsionando o Parquet, presentes as condições da ação e atendidos os pressupostos processuais, à propositura a ação civil pública. Em algumas hipóteses, no entanto, dada a precariedade dos elementos coligidos ou mesmo em razão, por exemplo, da ocorrência de prescrição, a deflagração da ação civil pública se mostrará inviável, caso em que se dará o encerramento das investigações¹.

Assim, colhidas as informações necessárias à formação da *opinio ministerial*, no sentido de se ajuizar eventual ação de ressarcimento/improbidade administrativa, ou mesmo de se promover o arquivamento do feito, seja pela inexistência de ilícito, pela cessação da situação de risco, ou pela impossibilidade de se dar continuidade às investigações, e de se tomar as providências cabíveis, ante a tramitação de processo continente que ainda está em trâmite, conclui-se que, no caso do presente feito, ocorreu esta última hipótese.

¹ GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 6. ed. rev. e ampl. e atualizada. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. pp. 650-712.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nos termos do art. 9º, caput, da Lei n. 7.347/1985:

Art. 9º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

Diante do exposto, o Ministério Público promove o **ARQUIVAMENTO** deste Inquérito Civil, nos termos do artigo 9º da Lei n. 7.347/1985, e **DETERMINA** como providências finais:

1. A notificação dos interessados para conhecimento dessa promoção de arquivamento, e eventual interposição de recurso;
2. A remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo legal, a fim de que o arquivamento seja homologado, se assim for o entendimento da maioria da Douta Corte.

Serro, 20 de novembro de 2019.

Mauro Renê Costa Filho
Promotor de Justiça